

Um peso, duas medidas: a revolta do Quebra-quilos nas lições de um velho camaroeiro guimarentino

CAIRES, Daniel Rincon¹

Resumo: Neste estudo de caso analisam-se as interpretações sobre a revolta do *Quebra-quilos*, que vêm cambiando ao longo do tempo, através da leitura de um texto publicado em 1874 no jornal *Diário do Maranhão*. Narrado na perspectiva de um pescador de camarões da cidade de Guimarães – MA, o texto descreve as dificuldades encontradas pelos pequenos produtores diante de um mercado que se tornava cada vez mais regulamentado. Novos impostos e um novo sistema de pesos e medidas incitariam descontentamento entre a população sertaneja e provocariam a eclosão daquela que foi a última grande sedição do período imperial do Brasil. Procura-se dar visibilidade a uma interpretação alternativa da revolta, uma que a vê como parte de uma resistência mais profunda e prolongada ao projeto modernizador, espalhando-se pela segunda metade do século XIX pelo Brasil e em outras partes.

Palavras-chave: Revolta do Quebra-quilos; Maranhão; “Economia moral sertaneja”; Projeto modernizador

One Weight, two measurements: The Quebra-quilos rebellion through the lessons of an old shrimp fisher from Guimarães

Abstract: This case study analyzes the changes in the interpretations of the *Quebra-quilos* revolt, by reading a text published in 1874 in the *Diário do Maranhão* newspaper. Narrated from the perspective of a shrimp fisherman of Guimarães - MA, the text describes the difficulties encountered by small producers when facing a market that is becoming increasingly regulated. New taxes and the new metric system incite discontent among the inlander population and provoke the outbreak of what was the last great sedition of the imperial period of Brazil. The study wanted to give visibility to an alternative interpretation of the revolt, one that sees it as part of a deeper and prolonged resistance to the modernization project, spreading the second half of the nineteenth century both in Brazil and elsewhere.

Keywords: Quebra-quilos revolt; Maranhão; “Inlander population moral economics”; Modernization project

¹ Graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2003). Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo. Técnico em assuntos culturais no Instituto Brasileiro de Museus - Museu Lasar Segall. Email: rinconcaires@yahoo.com.br

“As revoltas populares queimam combustível recente e de remota procedência. Mágoas inapagadas, angústias inesquecíveis, injustiças que sangram sempre, constituem um patrimônio doloroso e sinistro de excitações à sublimação predatória e vingadora. E os que fazem justiça violenta e pessoal serão sagrados pela devoção fiel [...]”

Luiz da Câmara Cascudo

O texto transcrito a seguir foi publicado no jornal *Diário do Maranhão*, no dia 22 de novembro de 1874. Narrava as desventuras de um camaroeiro de Guimarães, pequena cidade litorânea do Maranhão, às voltas com as dificuldades de comercialização de sua mercadoria – um cofo de camarões – na Praia Grande de São Luís, zona portuária e comercial daquela capital no século XIX. A data da publicação é sugestiva: fazia poucos dias que grandes distúrbios populares haviam ocorrido em Campina Grande, na Paraíba. Tropelias que eclodiam em dias de feira, com multidões investindo contra as autoridades, arrombando e queimando os prédios das câmaras e dos cartórios, protestando contra novos impostos e contra o novo sistema de pesos e medidas. Tal motim se disseminaria por outras sete províncias e se prolongaria até 1876, ficando conhecido pela historiografia como revolta do *Quebra-Quilos*. O *Folhetim do 1º andar*, origem do excerto aqui reproduzido, era publicado todos os domingos no *Diário do Maranhão*, entre 1873 e 1878, e era espaço para comentários sobre as ocorrências da semana, sempre escritos sob um registro irônico.

É possível que o texto abaixo tenha sido produzido antes da chegada das primeiras notícias sobre a sedição dos “*quilocidas*”²: o *Diário do Maranhão* só noticiaria os eventos de Campina Grande no dia 4 de dezembro. A província do Maranhão carecia de redes telegráficas, e as informações do mundo chegavam a bordo dos navios que fundeavam em seus portos, na forma de jornais, cartas, telegramas impressos e, mais célere que todos os outros meios, de palavra transmitida de boca a orelha, que em cada parada ganhava novos contornos. Todo esse material noticioso chegado de fora era reproduzido nos jornais locais. De qualquer forma, o texto do redator do *Folhetim do 1º andar* reveste-se de um ar quase profético, ao apontar o descontentamento dos pequenos produtores com os novos impostos e o novo sistema métrico, que se tornaria estopim para a prolongada

² O termo foi cunhado pelo redator do “Folhetim do 1º Andar”, em crônica do dia 10 de janeiro; *Diário do Maranhão*, São Luís, 10-1-1875, p. 2.

sedição, e que seria assunto recorrente nos periódicos maranhenses nos próximos anos.

A propósito desses intrincados negócios, braganhamentos, ou o que seja, pensava e dizia um velho *poideiro*, isto é, um filho de Guimarães, sentado debaixo das árvores da Praia Grande, aqui há uns dias.

“Este tempo vai uma desgraça! Parece que só prevalece a lei do pilha! E o exemplo vem do alto! Fui arrastar camarão e gastei o meu tempo e fiz alguma despezinha com encher um cofo, e como tinha de vir à cidade, resolvi trazê-lo e vendê-lo eu mesmo! Procurei um navio de vento e levou-me de frete a quarta parte do cofo; e foi barato, como me disse o mestre, porque se eu procurasse um navio de fogo, levava-me a metade. Pela viagem ainda houve maquia!

Chegando à casa grande, onde tudo paga e tem vapor, arrombou-se o cofo e lá foi outra parte, além do que paparam os provedores, até oficiais. Tudo carda! Aí então começa o processo, examina, pesa, repesa, confere, tareia, aumenta, diminui, concluem: Item, que pelos velhos e novos direitos, adicionais e pronto alívio, deve pagar metade do valor contido no cofo, incluindo selos e outras verbas criadas para substituir a previdente lei dos canudos que Deus haja. Não houve remédio, paguei!

Mando-o para o leilão e aí começam novas provas, e, por desgraça minha, perto dos meus camarões estava uma rima de farinha d’água. Isto não é pulha! Muita gente boa, que não tinha almoçado, tirava aqui um camarão, ali um punhado de farinha, e, nhapo, pá do buxo. Depois deste vinham tantos, que faziam medo e eu a tremer não sei se de indignação se de medo que me comessem também!

Mas louvado seja o Senhor! Vendeu-se o camarão! Respirei então, e disse cá com os meus botões: comam diabos, comam agora, que já não comem do meu. Se eles me ouvissem, talvez se rissem e com razão!

A venda foi a dinheiro. Passados oito dias, fui exigir o cobre.

– Não há, disse-me o freguês, não tenho dinheiro, e ainda não conferi a conta também!

– Mas a venda foi a dinheiro, animei-me em observar.

– Ah!ah! ah! pois você não sabe que a venda a dinheiro quer dizer 30 dias, e mais 30 de espera, e 30 de demora, e 30 em que não tenho dinheiro e...

– Misericórdia, senhor, olhe que tenho de ir para a roça.

– Pois bem, venha sábado que é o dia em que pago, quando estou em casa.

Que remédio! mas... Voltei no sábado, o homem tinha a porta fechada; perguntei aos vizinhos e um deles disse-me – aí o patrão *quebrou*. “Que horror”, exclamei desesperado!

Principia o roubo pelo transporte, no fisco fica-se mesmo rapado, no leilão também o pobre diabo geme, e por fim de contas o bom do freguês assopra-nos. E diz-se que temos liberdade, sim senhor, temos, isto é, tem ampla liberdade o governo para nos esfolar completamente.

Fala-se em auxílio à lavoura, em proteção ao comércio; sim, senhores e para isso não precisa muito, basta aumentar os impostos, deixar entupir as picadas ou carreiros a que chamam estradas, aprovar tabelas de fretes mais elevadinhas, e animar os comedores de boi alheio, visto que a carne destes é mais saborosa que a comprada.

Isto é quanto à parte material, para a moral e intelectual basta que se façam alguns palácios para escolas e quando os mestres ainda mesmo particulares derem uma dúzia de bolos, ainda que seja nalgum inocente chegado a homem, processo no mestre.

É por esta forma que se lhes há de dar força moral, aos mestres, e moralizar os *jovios*, a quem eu votaria que se distribuíssem maços de cigarros como prêmio aos que se distinguissem por insolência!

Enquanto, porém, isto não se realiza regularmente, vou me pôr a caminho com o produto líquido do meu cofo de camarões amarrado numa ponta da fralda da camisa, para que me não surripiem as 4 patacas e 4 vinténs que representam o tal líquido, que enfim liquidei por mercê de nossa paternal governança; 3 ½ por cento, por favor!
Vou carpir meus males nas praias de Je-ni-pa-ú-ba!³

É possível vislumbrar neste excerto uma clara percepção sobre as conexões entre os pesos e medidas e os impostos que incidiam sobre a comercialização de produtos básicos nos mercados locais. Não é possível dizer com exatidão quais dessas palavras foram realmente proferidas por um velho camaroeiro guimarentino, quais são acréscimos e melhorias estilísticas efetuadas pelo redator letrado do *Folhetim do 1º andar*, não se pode negar a possibilidade de que nenhuma delas seja “autêntica”. Mesmo assim, talvez sejam as palavras que mais se aproximem de uma “voz sertaneja”, e deixam ver uma certa mentalidade daquele contexto no que se refere ao comércio local, aos pesos e medidas, e à relação com as autoridades governamentais envolvidas nestes processos.

O camaroeiro, executor da atividade extrativa que gerou o bem a ser comercializado, se lamenta das parcelas de sua produção das quais tem que abrir mão em paga do transporte até o local de venda e das taxas e impostos que incidem sobre ela. Lamenta ainda a esperteza alheia, seja a dos frequentadores do leilão, que lhe consomem furtivamente parte da mercadoria, seja do “freguês” que, em consonância com os alegados maus costumes do tempo, protela o pagamento que deveria ser feito com brevidade em função da modalidade da negociação (“a dinheiro”), e que finalmente deixa de pagar o que deve por conta de uma inesperada falência.

Parte da riqueza do excerto vem de sua sugestiva coleção semântica. No trecho, aparecem termos ligados a sistemas antigos de quantificação de mercadorias. Pelo frete no “navio de vento”, o camaroeiro deixou uma *maquia*. Designando originalmente uma antiga medida para cereais usada no mundo árabe, o termo fora assimilado na Europa, onde era empregado para se referir à porção retirada por moleiros e lagareiros da farinha ou azeite que fabricavam para outrem, como remuneração pelo trabalho. O emprego desta palavra específica pelo camaroeiro/redator demonstra a circulação cultural de um conceito antigo, pejado ainda de um sentido de exploração consensual e parcialmente justificada do trabalho

³ *Diário do Maranhão*, São Luís, 22-11-1874, p. 1; optou-se pela atualização ortográfica do texto.

alheio. Em outro trecho, os transeuntes esfaimados presentes ao leilão se servem, como acompanhamento aos camarões subtraídos, da farinha d'água postada numa *rima* próxima dali. Outro termo de origem árabe, a palavra também oferece ideia de quantidade, dessa vez de maneira inexata, um empilhamento genérico de dimensões indeterminadas. Inexatidão que acompanha o sentido original, que denotava “pacote” ou “embrulho”.

No momento de atuação das autoridades alfandegárias, que acabam por ficar com a metade dos camarões de seu já desfalcado cofo, o camaroeiro/redator descreve os processos que levam à determinação do valor a ser arrecadado a título de impostos: “Aí então começa o processo, examina, pesa, repesa, confere, tareia, aumenta, diminui, concluem”. Percebe-se aí uma relação essencial, notada e apontada pelo camaroeiro/redator, entre o ato de quantificar a mercadoria e a ação fiscal que lhe subtrai parte da renda. Essa quantificação servia-se de um sistema não só diverso daquele que norteava a lógica do pequeno produtor-comerciante, que tinha neste caso o cofo como unidade, mas de um sistema de quantificação novo, recém implementado pela lei de 1872. Imagine-se o potencial explosivo dessa mistura: a incidência de novos impostos sobre atividades tradicionalmente isentas calculados a partir do novo sistema métrico, um corpo estranho a substituir esquemas antiquíssimos, portanto naturalizados, de quantificar grandezas. Isso explica em parte o direcionamento de hostilidades contra o novo sistema de pesos e medidas. No próprio segmento analisado aparecem expressões sugestivas desse estranhamento (“pesar”, “repesar”, “conferir” etc), atividades intrincadas e pouco compreensíveis, que parecem truques desagradáveis, engodos que culminam na determinação da absurda taxa de 50%. O termo “tarear”, usado para indicar uma das ações dos funcionários alfandegários, tem uma sugestiva carga semântica. Talvez o camaroeiro/redator tenha desejado empregá-lo para indicar as ações de “calcular a olho” ou “avaliar por aproximação”; mesmo que esta tenha sido a intenção, o sentido do termo confere mais dados à sentença, já que subsiste na palavra uma sombra pejorativa. No árabe original, “tara” tinha sentido de falha, defeito de fabricação ou de nascimento, desvio de padrão, vício. A atividade fiscal, verdadeira extorsão na opinião do camaroeiro/redator, recebeu no texto a denominação de “carda”. Trata-se de um termo que se refere ao penteamento mecânico das fibras da lã ou do algodão, uma das primeiras etapas do processo de

transformá-las em fios e tecidos. “Carda”, no sentido de “extorsão”, era termo de uso comum no período.

Na avaliação do camaroeiro/redator, todo o processo de comercialização foi prejudicado pela “sanha extrativa” dos atravessadores e do Estado. Em suas palavras, “principia o roubo pelo transporte, no fisco fica-se mesmo rapado, no leilão também o pobre diabo geme, e por fim de contas o bom do freguês assopra-nos.”

A crônica transcrita oferece uma perspectiva privilegiada para reconsiderar a revolta dos *Quebra-quilos*. Desde os primeiros dias, ao lado das notícias nos jornais que davam conta dos fatos ocorridos nas localidades sublevadas, juntavam-se opiniões e interpretações sobre os seus motivos. O tempo não fez mais do que adensar esse conjunto, agora bastante espesso, de explicações sobre o fenômeno, sem que haja, no entanto, um consenso definitivo.

María Verónica Secreto, numa obra recente (SECRETO, 2011), ofereceu um apanhado da trajetória interpretativa do *Quebra-quilos*. As primeiras explicações, dadas pelas autoridades provinciais e os letrados contemporâneos à revolta, falavam em ignorância e superstição por parte de um povo semibárbaro, ainda intocado pela civilização. Outros, também contemporâneos à revolta, preferiam encontrar “agentes estrangeiros” atuando entre os sediciosos: “jesuítas” incutindo ideias subversivas entre a população dos grotões, buscando assim romper a unidade nacional em favor da causa ultramontana. A chamada *Questão Religiosa* estava então em plena efervescência; não fazia muito tempo, os bispos de Olinda e do Pará tinham sido presos, e a polêmica entre religiosos e “maçons” incendiava-se nos jornais. Em muitos relatos sobre eventos ligados ao *Quebra-quilos* apareciam as “maquinações dos jesuítas” como princípios causais⁴. No Maranhão, que não teve episódios violentos ligados à revolta, emergiu a figura do Vigário Brito, que segundo boatos estaria formando uma “milícia de cruzados” no sertão de Caxias, preparando os “sertanejos embrutecidos” para um confronto apocalíptico contra os “maçons”⁵. Coincidindo com os eventos da Paraíba, as notícias de cavaleiros vestidos de couro, com cruces vermelhas pintadas sobre o peito, atravessando a galope a cidade de Caxias, levantaram tanto alarde entre as autoridades que o Presidente da Província decidiu enviar para lá todo o 5º batalhão do Exército. A saída desse grupamento foi bastante criticada pelos moradores da capital, pois a cidade ficava sem a principal

⁴ *Diário do Maranhão*, São Luís, 10-12-1874, p. 3.

⁵ *Diário do Maranhão*, São Luís, 10-1-1875, p. 2.

força de policiamento, entregue a um corpo de reservistas composto por meninos e velhos que era motivo de escárnio geral.

Interpretações mais recentes sobre a revolta do *Quebra-quilos* desfazem-se dessa camada explicativa inicial e ampliam o escopo da análise, percebendo o movimento como parte de um conjunto bem maior de fenômenos. Estaríamos testemunhando um embate entre duas formas distintas de conceber sociedade, economia e cultura. De um lado, forças que se identificavam como promotoras da “civilização” e da “modernidade”: o estado, os letrados, certos grupos urbanos. De outro, setores populares espalhados pelo território, compartilhando um conjunto de sensibilidades tradicionais, algo que Secreto denomina “economia moral sertaneja”. No final do século XIX, o estado se “modernizava”, o que se traduzia em ações que eram entendidas pela população pobre como ameaças a sua forma de viver. O estado tentava formar uma malha fiscal abrangente e unificada - a reforma do sistema de pesos e medidas fazia parte dessa iniciativa-, desejava estabelecer sistemas de recrutamento militar uniformizados e mais eficientes, criar um plano nacional de recenseamento, modernizar e laicizar os registros de nascimento, casamento e óbito etc.

Essa compreensão alargada estabelece uma relação de parentesco entre o *Quebra-quilos* e outros movimentos sediciosos da segunda metade do século XIX e início do século XX: desde a Revolta do Ronco da Abelha (1851-52), até Canudos (1896-97) e a Guerra do Contestado (1912-1916). Tal parentesco ampliado pode se estender além das fronteiras nacionais: atritos de natureza semelhante entre a “modernização” e a “tradição” podem ser encontrados em toda parte. Na segunda metade do século XIX, tornou-se possível, para candidatos a exercer domínio, lançar mão desse discurso civilizador que conferia ao “outro” o papel de atrasado, ignorante, incompleto, passível de – e carente da - intervenção saneadora, modernizante, racional e científica. Foi por meio dessa estrutura discursiva, por exemplo, que as autoridades parisienses se lançaram, entre 1870 e 1914, numa grande empreitada que visava uma “colonização interna” da França, num processo que procurou homogeneizar o país; nesse esforço, os diversos dialetos regionais foram suprimidos em favor do francês padrão (WEBER, 1976). Na Itália, a antropologia criminal de Lombroso possibilitava morbidizar as forças divergentes que sobreviveram à unificação. A dissidência, a sedição e a resistência passaram a ser vistas como doenças hereditárias a serem erradicadas (PICK, 1989, p. 110-111).

A Revolta do Quebra Quilos e as outras sedições suas congêneres emanam de um mesmo terreno comum: o grupo de pessoas que vem sendo indicado pelo rótulo de “homens pobres livres”. Tal segmento foi reiteradamente ignorado, inclusive nos estudos historiográficos, que só mais recentemente têm se ocupado deles. Quando olhados com as lentes culturais dos letrados urbanos, parecem ser uma espécie esquiva e incerta; os pobres livres parecem ocupar áreas limítrofes, tanto no que se refere aos territórios geográficos, quanto ao espaço econômico e cultural. Reajustes nas lentes percebem que, na verdade, o papel dos pobres livres é mais expressivo do que as análises econômicas quantitativas permitem captar.

Nas observações tradicionais sobre a realidade do Maranhão, por exemplo, a contribuição dos pobres livres passava despercebida aos olhares que consideravam apenas os indícios ortodoxos da atividade econômica. Diante da queda na arrecadação de rendas estatais com a exportação de produtos agrícolas, contemporâneos podiam lamentar o estado ruinoso da agricultura:

Presas à rotina, desfalcada de braços, curvada ao peso de um débito que, de ano para ano cresce e a assoberba, se é triste o seu presente, mais triste e desanimador se lhe antolha o futuro. [...]. Deu-nos a providencia um solo feracíssimo, apropriado a todo gênero de cultura. Mas, a terra reserva seus tesouros para quem a cultiva e só ao trabalho concede os frutos, que esconde à inercia. [...]. Com pesar o digo, a máxima parte dos lavradores não tem amor à nobre profissão que abraçaram; abandonam os estabelecimentos à direção de feitores ignorantes e sem interesse na cultura, que lhes é confiada; os métodos seguidos estão há muito condenados pela razão e pela experiência, e os instrumentos agrários são ainda os que introduziram no país os primeiros colonos, inventados na infância da arte, e há muito abandonados à história e à arqueologia⁶.

Note-se que por “lavrador” entende-se o proprietário das terras, a quem se acusa de absenteísmo; condena-se os métodos “inventados na infância da arte”, incorrendo-se na nostalgia do arado que fez escola entre os letrados brasileiros, que se manifestaria mesmo em análises mais eruditas, como as de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Note-se, finalmente, que em nenhum momento se chega a falar das pessoas envolvidas diretamente com a produção. Diante do esfacelamento da agricultura monocultora, escravista e voltada para a exportação, as interpretações canônicas do processo histórico maranhense vão decretar a existência de um profundo processo de decadência. Seria necessário esperar muitas décadas para que os olhares letrados se livrassem dos preconceitos e detectassem

⁶ Relatório do Presidente da Província Augusto Olympio Gomes de Castro, 23/02/1875.

a pujança da vida econômica tocada pelos pobres livres. Redenção que encontra expressão nos trabalhos mais recentes dos historiadores da região, como por exemplo na obra de Regina Helena Martins de Faria (FARIA, 2012).

Na análise que fez da Revolta do Quebra Quilos, ainda no século XIX, Irineu Joffily percebia já a fagulha deflagradora presente na articulação problemática entre os pobres livres e a sociedade que os circundava. Ele lançou o olhar para o processo de formação das comunidades sertanejas da Paraíba. Vivendo e trabalhando em terras que haviam sido desprezadas até o final do século XVII, os sertanejos tornaram-se responsáveis por abastecer com os gêneros de consumo as vilas e fazendas de toda a região (JOFILLY, 1892, p. 115-118). Enquanto na faixa litorânea os senhores de engenho dominavam, nessas encostas interiores o controle era mais frouxo e a vida dos trabalhadores mais autônoma.

Quase cem anos depois, seu neto Geraldo Joffily concentrou-se em descrever a forma como esses sertanejos, a quem chamava de “matutos”, se relacionavam com a sociedade circundante:

Os trabalhadores de enxada nos brejos da Borburema eram chamados ‘matutos’ porque moravam no mato, longe das vilas ou povoados; andavam descalços e vestidos com calça e camisa de madapolão; não sabiam ler e apenas uma vez por semana apareciam nas feiras das povoações mais próximas, alguns tangendo bestas de carga, com cangalhas e caçoás, e outros carregando sacos nas costas (JOFILLY, 1977, p. 16).

Estes sertanejos estabeleceram uma relação de longa data com a Igreja, uma das poucas autoridades a quem observavam com respeito, e tinham nas feiras o ponto de articulação com o mercado e com a sociedade circundante. Era por ocasião das feiras que recebiam as notícias mais recentes:

Cada povoação ou vila tinha o seu dia de feira, de modo a não prejudicar as feiras das localidades vizinhas. Os matutos saíam dos seus roçados à noite, levando suas cargas de gêneros os mais diversos, desde o milho e o feijão até as gaiolas de passarinho e carnes de caça salgadas; de madrugada já estavam no pátio das feiras, desamarrando as cangalhas enquanto os meninos dormiam sobre os sacos e as mulheres iam rezar nas igrejas e capelas, surgindo as conversas e espalhando-se as notícias, divulgadas pelos mercadores de farinha ou de rapadura, que dispunham de tropas de animais organizadas para correr várias feiras (JOFILLY, 1977, p. 25).

Em 1852 um primeiro estremecimento perturbou o funcionamento desse sistema: o governo Imperial decretou que os registros de nascimento e óbito seriam

feitos daí por diante nos cartórios. A forma como a lei foi redigida levantou imediatas suspeitas, e correu o boato de que ela tinha como finalidade escravizar todos os homens negros. Depois de um mês de “graves desordens”, que ocorriam quase sempre por ocasião das feiras, o governo Imperial recuou e revogou a Lei de Registro Civil. Somente com a República se faria a transição dos registros para o foro civil. Essa resistência ao novo modelo de registro civil, que ficou conhecida como “Ronco da Abelha”, demonstrou que os sertanejos não estavam dispostos a aceitar modificações bruscas nos acordos tradicionais que haviam estabelecido com as autoridades ao longo do tempo.

A Revolta do Quebra-quilos emanaria da mesma região e seria resultado, novamente, de modificações bruscas nos acordos tradicionais estabelecidos entre a sociedade circundante e os sertanejos. As observações mordazes de nosso camaroeiro guimarentino chamam a atenção justamente para essas novidades prejudiciais aos pobres livres.

Seria insensato esperar que os letrados e as autoridades do século XIX compreendessem a natureza da aversão dos sertanejos ao projeto modernizador. No máximo, concediam se tratar de uma revolta justa de pessoas exploradas, vivendo pobremente por conta da omissão ou da exploração dos “governos”. Era essa, por exemplo, a opinião de Péricles, correspondente da cidade de Alcântara que publicava crônicas quinzenais no *Diário do Maranhão*, para quem

[...] o único culpado é, por certo, o governo, que só trata ou de sobrecarregar o pobre povo de pesadíssimas contribuições, ou de lançá-lo a uma verdadeira conscrição, reduzindo-o a um estado de degradação e servilismo ainda pior que os servos da Rússia⁷.

As consequências do *Quebra-quilos* foram profundas e duradouras. Para María Verónica Secreto, a violência desmedida da repressão desestruturou famílias e desenraizou pessoas, contribuindo para o cenário que gerou o banditismo social característico dos sertões do Nordeste nas décadas seguintes. A revolta foi responsável também por retardar a adoção do sistema métrico, que em algumas áreas só foi definitivamente incorporado na década de 1930. E alguns daqueles impostos novos foram definitivamente suspensos, o que torna o movimento parcialmente vitorioso.

⁷ *Diário do Maranhão*, São Luís, 8-1-1875, p. 1.

O cofo, pivô da discórdia entre o velho camaroeiro guimarentino e as autoridades fiscalizadoras do estado, permanece importante na vida cotidiana dos maranhenses, e em sua fabricação artesanal ainda mantêm referências a medidas antigas: cofo de alqueire, de arroba, etc (GONÇALVES; LIMA; FIGUEIREDO, 2009). A recusa em aceitar os novos padrões métricos e a insistência em sistemas antigos e tradicionais demonstram os limites da ação das autoridades do Estado e evidenciam a força e a importância de saberes e costumes populares e sertanejos.

REFERÊNCIAS

FARIA, Regina Helena Martins de. *Mundos do Trabalho no Maranhão Oitocentista: Os descaminhos da liberdade*. São Luís: EDUFMA, 2012.

GONÇALVES, Jandir; LIMA, Weeslem; FIGUEIREDO, Wilmara. *Cofos, tramas e segredos*. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2009.

JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Paraíba*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1892.

JOFFILY, Geraldo Irenêo. *O Quebra-quilo – A Revolta dos Matutos contra os doutores*. Brasília: Thesaurus, 1977.

PICK, Daniel. *Faces of Degeneration: a European disorder, c. 1848 - c. 1918*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989; p. 110-111.

SECRETO, María Verónica. *(Des)medidos – A revolta dos quebra-quilos (1874-1876)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

WEBER, Eugen. *Peasants into Frenchmen – The Modernization of Rural France 1870-1914*. Stanford: Stanford University Press, 1976.